MUNICIPIO DE POMBAL

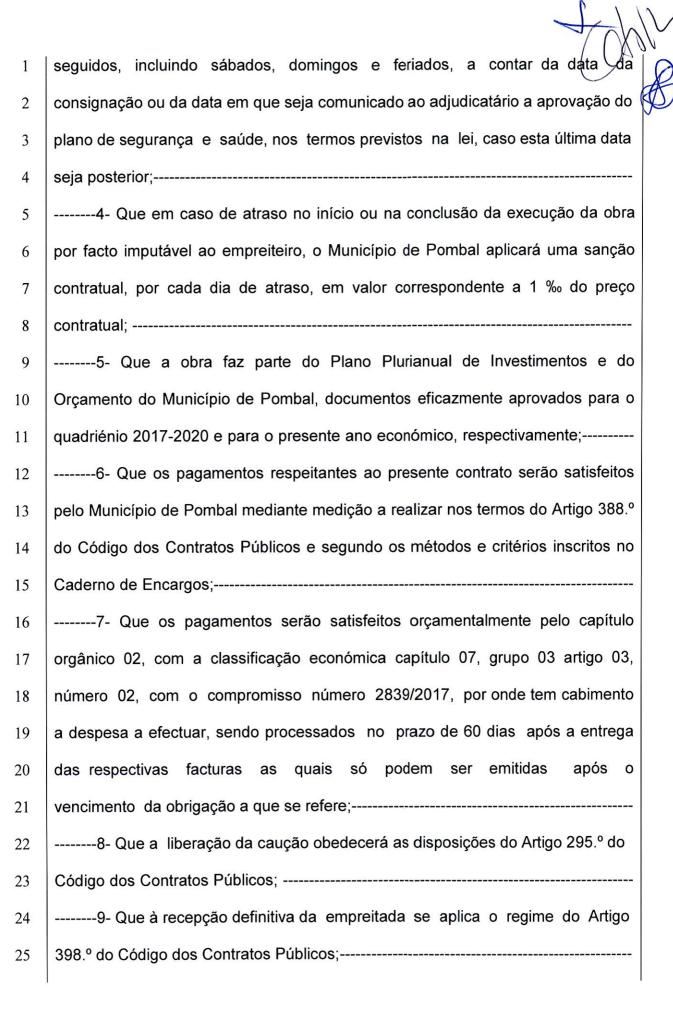
CÂMARA MUNICIPAL

N.º 35/2017



CONTRATO DE EMPREITADA DE: "Rede de saneamento doméstico de
Assanha da Paz, e Barros da Paz e zona envolvente" - Proc. n.º 36/2017, no valor
de € 67.950,00
Aos 18 dias do mês de julho do ano de 2017, nesta Cidade de Pombal, e
Edifício dos Paços do Município, compareceram comigo Virgínia Santos Moderno,
Oficial Público, nomeado por despacho de 29 de Outubro de 2013, a fim de
reduzir a escrito o presente contrato, os seguintes outorgantes:
PRIMEIRO: Catarina Pascoal da Silva, casada, natural de Figueira da Foz e
residente na Rua de Santo António, n.º 83, Cavadas, freguesia de Louriçal, deste
concelho, Cartão de Cidadão número 11587543, que intervém na qualidade de
Vice-Presidente da Câmara Municipal de Pombal, conforme despacho do
Presidente da Câmara, datado de 21 de abril de 2017, outorgando em
representação do Município de Pombal, NIPC 506 334 562, Pessoa Colectiva de
Direito Público, representação habilitada pela alínea f) do número 2 do Artigo 35.º
da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e pelo n.º 3 do Artigo 106.º do Código dos
Contratos Públicos
SEGUNDO: Manuel André Lopes da Silva, natural da freguesia de Abiul,
concelho de Pombal, portador do Cartão de Cidadão número 0890199 7ZY7,
válido até 14 de abril de 2020, que outorga em representação da firma Lusosicó -
Construções, S.A., NIF 504 870 475, com sede em Rua Principal s/n, Melriça,
freguesia de Santiago da Guarda, concelho de Ansião, titular do alvará de

	empreiteiro de obras públicas número 37852 – PUB, contendo, para efeitos do
	presente contrato, a 6.ª subcategoria, da 2.ª categoria, classe 6;
	Os poderes de representação foram provados pela apresentação da
	certidão permanente, referente à matrícula número 504870475, válida até 05 de
	dezembro de 2017, documento que fica anexo a este instrumento;
	Verifiquei a identidade dos representantes dos outorgantes, a do primeiro,
	pelo meu conhecimento pessoal e, a do segundo, pela exibição do cartão de
	cidadão, acima mencionado
	E, pelo PRIMEIRO OUTORGANTE, foi dito:
	1- Que de harmonia com o Relatório dos Serviços, datado de 22 de junho
	de 2017, mediante prévia realização de ajuste directo e após o cumprimento das
	respectivas formalidades legais, a Vice-Presidente da Câmara adjudicou, por
	despacho datado de 12 de julho de 2017, à representada do segundo outorgante,
	a empreitada de "Rede de saneamento doméstico de Assanha da Paz, Barros da
	Paz e zona envolvente" - Proc. n.º 36/2017, de acordo com a sua proposta e
	respectiva lista de preços unitários, datada de 21 de junho de 2017, em
	conformidade com as cláusulas insertas no Convite, Caderno de Encargos,
	quantidades de trabalho e peças desenhadas que serviram de base à
	adjudicação, documentos que, devidamente rubricados pelos outorgantes e por
	mim, ficam também anexados ao presente contrato, do qual ficam a fazer parte
	integrante;
	2– Que a adjudicação é feita pelo valor global de sessenta e sete mil,
	novecentos e cinquenta euros (€ 67.950,00), que não inclui o Imposto Sobre o
	Valor Acrescentado;
	3- Que esta empreitada deverá ficar concluída dentro de trinta (30) dias,
•	



1	10- Que à revisão de preços se impõem as disposições do Artigo 300.º
2	do Código dos Contratos Públicos, sendo-lhes aplicável a fórmula referida na
3	Cláusula 37.ª do Caderno de Encargos
4	11- Que não se registaram ajustamentos ao conteúdo do contrato, previstos
5	na alínea f) do n.º 1 do Artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos
6	12- Que, na parte não especialmente prevista neste contrato e nos
7	documentos nele referidos, se aplicará o Código dos Contratos Públicos e
8	legislação subsidiária
9	Pelo SEGUNDO OUTORGANTE foi dito:
10	Que, na qualidade em que intervém, aceita, para a sua representada, a
11	presente adjudicação, com todas as obrigações que dela emergem, pela forma
12	como fica exarado neste contrato e documentos que dele ficam a fazer parte
13	integrante e atrás citados
14	Assim o disseram, outorgaram e reciprocamente aceitaram
15	Em observância do disposto no Artigo 98.º do Código dos Contratos
16	Públicos a celebração do presente contrato foi precedida de minuta aprovada por
17	despacho da Vice-Presidente da Câmara, datado de 12 de julho de 2017
18	Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos,
19	que ficam arquivados:
20	Declaração emitida pelo Instituto da Segurança Social, I.P., em 30 de junho
21	de 2017, comprovando possuir a situação contributiva regularizada; Certidão
22	emitida pelo Serviço de Finanças de Ansião, em 05 de maio de 2017,
23	comprovativa de possuir a situação tributária regularizada; A caução é
24	substituída pela retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos
25	do n.º 3 do Artigo 88 .º do CCP; Certificados do Registo Criminal dos seus

1	representantes com los Códigos de Autenticação e Acesso números, ebac-ecc2-b
2	f8f-c5e1c e 1362-f815-f0d4-72b11, válidos até 14 e 12 de setembro de 2017,
3	respectivamente
4	O presente contrato foi lido em voz alta, na presença simultânea de todos os
5	intervenientes, e explicado o seu conteúdo e efeitos, de que mostraram ficar
6	cientes, e vai ser assinado pelos outorgantes, pela ordem por que foram
7	mencionados e por mim, na qualidade já referida.
8	
9	Janes Johnson
10	- Vigen (October)
11	Registado sob o n.º \$5, em 18/07/2017
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

